

O ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE BISSEXUALIDADE NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO - UMA CRÍTICA À INVISI(BI)LIDADE¹

Bruna Gabriela de Oliveira Gomes²
Bruna Andrade Irineu³

RESUMO

Este trabalho apresenta o levantamento do estado da arte da produção sobre bissexualidade no Serviço Social brasileiro, dessa forma a coleta de dados foi feita em sete (7) revistas na área do Serviço Social e das Políticas Sociais, sendo elas: *Temporalis*, *Serviço Social & Sociedade*, *Revista Katálysis*, *Revista Textos & Contextos*, *Revista Argumentum*, *Revista Em Pauta* e *Revista de Políticas Públicas (RPP)*; e nos anais de duas edições do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), no 15ª CBAS, realizado em 2016, e no 16ª CBAS, realizado em 2019. Durante o levantamento de dados foram utilizados os seguintes descritores: “bi”; “bissexual”; “bissexuais”; “bifobia”; e “bissexualidade”. O estudo se caracteriza enquanto uma pesquisa quali-quantitativa, que se utilizou da pesquisa bibliográfica. A pesquisa identificou a ausência e a incipiência do debate sobre bissexualidade no Serviço Social brasileiro, seja por não existir nenhuma publicação sobre o assunto ou, em publicações sobre diversidade sexual a bissexualidade é tratada apenas por menção. Deste modo, cabe-nos questionar: quais os significados do “vácuo científico” acerca da bissexualidade no Serviço Social brasileiro?

Palavras-chave: Bissexualidade, Bifobia, Serviço Social, Estado da Arte.

1 Este artigo é resultado da monografia intitulada “O debate sobre bissexualidade no Serviço Social brasileiro: uma crítica à invisí(bi)lidade nas produções acadêmicas” a qual foi submetida ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT);

2 Mestranda em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bruna.gomes@sou.ufmt.br;

3 Pesquisadora Produtividade PQ-2 do CNPq. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora Adjunto IV da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, bruna.irineu@ufmt.br.

INTRODUÇÃO

A atual ordem capitalista também alimenta-se, igualmente, da reprodução e naturalização das desigualdades sociais. Como resultado, a diversidade humana é posta a cheque diariamente, seja por meio de discriminação, opressão ou do ostracismo social, uma vez que a multiplicidade de corpos e vivências não se alinha ao *ethos* burguês. Essa estrutura social é personificada numa imagem que tende a exercer poder: homem, branco, cisgênero, heterossexual, europeu, cristão-judaico, liberal (Pinheiro, 2022). Isso representa uma tentativa de homogeneização dos corpos e da subjetividade por meio da alienação do trabalho, que incluem a objetificação de sujeitos, o culto ao trabalho, a cultura do consumo, ao biologismo, da meritocracia e do individualismo exacerbado.

Nesse cenário, a existência de sujeitos que não aderem ao padrão cisheteronormativos, sendo a população LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Panssexuais, Não-Binários e outras orientações sexuais e identidades de gênero), é um afronte a estrutura dos valores e princípios da família burguesa, logo, por serem o mais alto escalão de poder, terão indeterminadas tentativas de exterminá-las⁴. Todavia, as relações de poder não apenas adentram na dualidade da família burguesa x LGBTQIAPN+, mas também afloram dentro da própria comunidade *queer*⁵. A estrutura cisheteronormativa monossexista permeia profundamente a experiência de todos os sujeitos, independentemente de classe social, gênero, identidade ou orientação sexual. Nesse sentido, não estamos imunes às relações de poder que essa estrutura sustenta. Por conseguinte, é possível que dentro da própria comunidade LGBTQIAPN+ surjam dinâmicas hierárquicas de poder⁶. A categoria de poder que destacamos é a combinação da heteronormatividade e o monossexismo: a bifobia. E por conta

4 A partir de dados do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+, em 2022, o Brasil foi pelo quarto ano consecutivo o país que mais matou pessoas LGBTQIAPN+. Foram totalizadas 273 mortes LGBTI+ de forma violenta (Dossiê, 2023).

5 O termo *queer* é uma palavra da língua inglesa para “estranho” e peculiar”, e passou a ser usada como um insulto para descrever pessoas LGBTQIAPN+ ou para comportamentos que não se conformam às normas heteronormativas. Assim, o termo foi adotado e ressignificado para uma identidade política e social para aqueles que desafiam as normas de gênero e sexualidade.

6 Para aprofundar-se nas relações de discriminação e exclusão dentro da própria comunidade LGBTQIAPN+, recomenda-se a leitura do trabalho de Calmon (2023). Sua pesquisa aborda as narrativas preconceituosas relacionadas às pessoas bissexuais no contexto de serem vetores de doenças sexualmente transmissíveis. Outra fonte relevante é o documentário “A Morte e a Vida de Marsha P. Johnson” (2017), já que o documentário mostrou uma cena do caso de Sylvia Rivera, uma mulher trans e *drag queen*, sendo hostilizada pelo público com vaias e xingamentos no palco, durante o evento do Dia da Libertação de Christopher *Street*, atualmente conhecido como Parada do Orgulho. Evidenciando a transfobia dentro da comunidade *queer*.

disso, a bissexualidade se torna a maior minoria sexual (Shaw, 2023) e reflete em uma bifobia interna, relacional, sexual, institucional e por fim, e cerne de nossos estudos, da produção acadêmica.

A formação profissional em Serviço Social, fundamentada no Código de Ética dos/das Assistentes Sociais (2012) e nas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), tem como objetivo capacitar assistentes sociais dentro de um projeto ético-político comprometido com a classe trabalhadora e da superação da ordem capitalista. Portanto, as assistentes sociais em formação necessitarão construir um arcabouço intelectual sobre as dimensões da produção e reprodução capitalista, engajando-se em um debate sobre a diversidade humana, o que inclui, conseqüentemente, a diversidade sexual. Isso implica considerar a multiplicidade de sujeitos pertencentes à classe trabalhadora e reconhecer as potencialidades das lutas relacionadas à sexualidade e identidade de gênero.

O Serviço Social tem emergido como um espaço significativo nas ciências sociais, estabelecendo-se como uma área de conhecimento. Contudo, as reflexões e debates referentes à diversidade sexual e de gênero ainda estão em fase de consolidação. Essa constatação é evidenciada pelo fato que o Grupo Temático de Pesquisa da ABEPSS dedicado a esse tema, “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”, foi criado recentemente, em 2010. Nesse sentido, o delineamento da bissexualidade, foco da presente pesquisa, emerge como um dispositivo instigante e provocador para esta categoria profissional. Tal relevância se justifica pelo fato que o sistema de poder da bifobia encontra-se intrinsecamente vinculado à heteronormatividade e monossexismo⁷, ou seja, dimensões da reprodução social.

Assim, o presente artigo tem por objetivo analisar o estado da arte das produções sobre bissexualidade no Serviço Social brasileiro. O estado da arte é uma metodologia que visa mapear e analisar o estado da produção em uma determinada área do conhecimento. Portanto, o mapeando selecionou periódicos de vinculação com a área Serviço Social e os anais do maior evento da categoria profissional, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). A partir de um refinamento de critérios, propomos desvelar os caminhos do debate sobre diversidade sexual e logo, os sentidos da invisibilidade bissexual. O presente estudo também conta com a discussão da ontologia do ser social para a ordem capitalista da reprodução do cisheteropatriarcado monodissidente. E, assim, identificamos

7 No decorrer do texto, estaremos nos aprofundando no conceito de monossexismo, principalmente na parte do Referencial Teórico.

que a ausência e a insipiência do debate sobre bissexualidade no Serviço Social, seja por não existir nenhuma publicação sobre o assunto ou, em publicações sobre diversidade sexual, a bissexualidade é tratada apenas por menção. Logo, a bifobia do cotidiano, o apagamento, a inviabilização e as discriminações moralistas, também têm reflexo direto no mundo científico.

METODOLOGIA

Neste trabalho, recorreremos à metodologia do estado da arte, a qual se refere a proporcionar um panorama das pesquisas, teorias, metodologias e descobertas em um determinado campo de estudo. No presente caso, nosso objetivo é fornecer uma visão geral das pesquisas relacionadas à bissexualidade na área do Serviço Social. Romanowski e Ens (2006) destacam que essa metodologia está se tornando progressivamente imprevisível como uma ferramenta para proporcionar visibilidade e compreensão do arcabouço de pesquisas já existentes. Tanto o levantamento e o estudo bibliográfico, foi feito a partir de análise de referências correlacionadas às categorias centrais para esta pesquisa, dentre as quais: artigos, livros, dissertações, teses e outros. Segundo Minayo (2012, p. 36) tem-se “[...] um diálogo reflexivo entre as teorias e outros estudos com o objeto de investigação por nós escolhido [...], [de modo a] dar conta do ‘estado’ atual do conhecimento sobre o problema [...]”.

Dessa forma, as fontes de coleta de dados para o presente estado da arte consistiram em sete (7) periódicos da área de Serviço Social, sendo estas: *Temporalis*, *Argumentum*, *Serviço Social & Sociedade*, *Revista Katálysis*, *Revista Textos & Contextos*, *Revista Em Pauta*, e *Revista de Políticas Públicas (RPP)*. Tais revistas possuem relevância tanto acadêmica quanto profissional, sendo reconhecidas como espaços significativos para a divulgação da produção do conhecimento no campo do Serviço Social.

Ademais, foram elencados os trabalhos apresentados e publicados em anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). O evento possui uma significância de organização política da categoria profissional e na divulgação do conhecimento científico do Serviço Social em âmbito nacional. Um evento que representa uma troca de vivência e ciências entre as assistentes sociais, estudantes de Serviço Social e simpatizantes da área. Para isso, o critério para a seleção das edições do evento baseou-se na disponibilidade das publicações dos anais *online*, possibilitando, assim, facilidade ao acesso do seu conteúdo, sendo a edição 15ª e 16ª CBAS.

Um dos processos inerentes a essa metodologia, segundo Romanowski e Ens (2006), envolve a definição de descritores para orientar as buscas durante o mapeamento. Inicialmente, na fase inicial da pesquisa, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “bi”, “bissexual”, “bissexuais”, “bifobia” e “bissexualidade”. Diante da ausência de produções sobre a bissexualidade no âmbito do Serviço Social, a abordagem foi expandida para incluir os descritores “diversidade sexual”, “sexualidade”, “LGBT” e “LGBTQIA+”, com o objetivo de ampliar o escopo da pesquisa e incorporar a diversidade sexual, porque poderia ser o ponto para se compreender a invisibilidade bi no Serviço Social.

Nessa categoria de descritores entendia-se que as seleções das produções sobre diversidade sexual deveriam ser debates de abordagens gerais sobre a comunidade LGBTQIAPN+ e as produções que tratavam de forma específica, como as homossexualidades e lesbianidades, não cabiam mapeá-los. Entretanto, aqui parte-se a terceira parte do mapeamento, onde ocorre um novo refinamento dos critérios, passando a considerar os descritores: “homossexual”; “homossexualidade”; “homoafetiva”; “gay”; “homofobia”; “lesbinidades”; “lésbicas”; e “lesbofobia”. Reconhecendo que historicamente a bissexualidade esteve muitas vezes nos bastidores dessas categorias, como por exemplo, o uso da “homofobia” enquanto termo guarda-chuva, abarcando todas as opressões da diversidade sexual. No caso da bissexualidade, mesmo que a simplifique enquanto uma prática homoafetiva, ainda mencionam as(os) bissexuais.

A tabulação das produções levantadas foram organizadas em planilhas Excel separadas por revistas e por evento, com seguinte eixos: Edição/Evento; Ano; Autor/a/es; Formação; Título; Local; Instituição; Palavras-chave; Resumo; Produção Individual ou Coletiva; Eixo Temático e; Resenha Interpretativa. Os dois últimos eixos são definidos a partir da interpretação pessoal do conteúdo, na Resenha Interpretativa inclui-se a direção sobre bissexualidade que as autoras aderem ou não sobre a temática.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na tradição marxista, que é a direção teórico-metodológica adotada pelo Serviço Social, é possível desenvolver uma ponte com a questão de gênero e sexualidades, especialmente ao considerar a construção da subjetividade a partir da categoria trabalho. Entendendo que o sistema capitalista não se sustenta exclusivamente na esfera da produção, mas também no campo ideológico. Dessa forma, o trabalho é a essência da formação do ser social (Marx; Engels, 2009)

e permite tecer análises profundas sobre questões humano-sociais (Netto; Braz, 2012).

O trabalho não se resume simplesmente à interferência do sujeito na natureza, como a utilização de folhas e madeira para construir um abrigo, ou a transformação da madeira, pedra e cipó em martelo, mas representa também uma transformação do próprio ser humano durante esse processo, como destacado por Marx (1996), sob a criação de signos e significados para a ação e ao novo objeto criado. Por meio do movimento histórico-social, o trabalho transforma a sua estrutura de realização, organização e troca, não obstante, também configura as relações entre o sujeito e o objeto, e o sujeito com o outro. De acordo com Netto e Braz (2012), esse desenvolvimento do ser social, através do trabalho, repercute nas esferas da construção da subjetividade, objetivação, ciência, filosofia, arte, etc.

Nesse sentido, a sexualidade seria uma construção da subjetividade ligada diretamente com o espaço social, portanto, construído com o outro e para si. Ela está relacionada com o ser orgânico à ser social, pela corporeidade à cultura. A sexualidade é considerada uma invenção histórica que se baseia nas possibilidades do “corpo”, conforme Weeks (1999). Da mesma forma, conforme abordado por Butler (2014), o gênero é um processo de repetição de atos performativos, isto é, gênero não é algo que uma pessoa “tem”, mas sim algo que “faz” ou “realiza” através de seus comportamentos, expressões e identificações. Essas ações performativas são socialmente construídas que variam ao longo do tempo histórico (Butler, 2014).

Nesse contexto, encontramos-nos diante de corpos que estão inseridos na história e atravessados pelos interesses da ordem estabelecida. Pois os ideais dominantes (reprodução) são propagados pela classe que detém os meios de produção material, isto é, a classe dominante, burguesia, não somente gozam dos recursos materiais, mas como também da produção espiritual (Marx; Engels, 2009). Seja pela “captura” da subjetividade (Alves, 2008) ou na “decadência ideológica” (Lukács, 2018), a padronização burguesa tende a naturalizar e ocultar a realidade por meio de imediatistas, individualizantes e a-históricos. Assim, a sexualidade e o gênero, juntamente com outros aspectos sociais, são moldados para garantir a manutenção da exploração e reprodução da ordem capitalista. A instituição da família monogâmica desempenhou um papel crucial para a consolidação e reprodução do cisheteropatriarcado monodissidente.

No pensamento marxiano, segundo Fortes (2018), a opressão das mulheres advém da passagem da família sindiásmica para a família monogâmica, acompanhando o surgimento da propriedade privada. A família monogâmica foi força

motriz para a proteção dos bens e propriedade pela transferência pela linhagem sanguínea, tal como, para a inferiorização da condição feminina (Fortes, 2018). Nesse modelo de família, não apenas os papéis de gênero são rigidamente impostos, mas também as orientações afetivo-sexuais, com a norma de que os indivíduos devem se atrair e se relacionar exclusivamente com pessoas do gênero oposto. Isso estabelece a heterossexualidade compulsória como um padrão no sistema de gênero (Butler, 2003), tornando o casamento na família burguesa não apenas monogâmico, mas também heterossexual.

Além da heteronormatividade, defrontamos com o monossexismo, um dos pilares para legitimar a bifobia, que de acordo Ross, Dobinson & Eady (2010 *apud* Jaeger *et al*, 2019) é a crença social de que as monossexualidades (heterossexualidade, homossexualidades e lesbianidades) são superiores e mais legítimas do que as não monossexualidades (bissexualidades, pansexualidades, polisssexualidades e sexualidades fluídas). Para Lewis (2012), a bifobia opera sua discriminação e preconceito dirigidos a pessoas bissexuais em duplo viés, a violência e discriminação é praticada por pessoas que se identificam como heterossexuais, como também por parte de pessoas que se identificam como homossexuais. Portanto, a bifobia representa a intersecção do monossexismo e da heteronormatividade, manifestando-se por meio de diversas formas de violência, discriminação, preconceito, aversão, apagamento e deslegitimação das pessoas que se reconhecem como bissexuais.

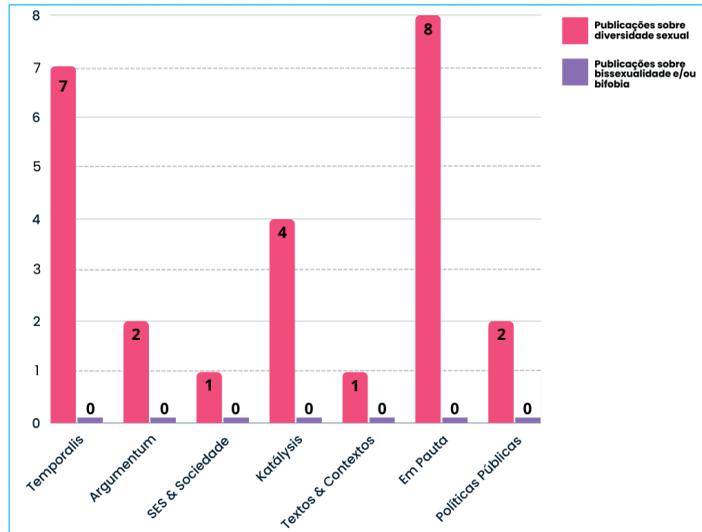
Desse modo, a bissexualidade é incômoda porque ela movimentava estruturas dominantes: monogamia, heteronormatividade e monodissidências. Moschkovich (2022) convida a pensar a revolução para desmontar o sistema de gênero, assim como já foram pensadas teorias para a superação do capitalismo, e para autora, os sujeitos que possuem potencial para desequilibrar e desmontar o sistema de gênero são: pessoas não binárias, travestis e bissexuais. “São experiências que negam esse sistema como um todo por se basearem na simultaneidade que recusa os termos do jogo que as produziu” (Moschkovich, 2022, p. 56).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificadas um total de sessenta e sete (77) trabalhos sobre diversidade sexual, nas revistas e no evento do Serviço Social. Sendo vinte e cinco (25) nos periódicos selecionados, distribuídas da seguinte forma: sete (7) na Revista *Temporalis*, duas (2) na Revista *Argumentum*, uma (1) na Revista *Serviço Social & Sociedade*, quatro (4) na Revista *Katálysis*, uma (1) na Revista *Textos & Contextos*, oito (8) na Revista *Em Pauta* e duas (2) na Revista de Políticas Públicas.

Já as revistas Serviço Social & Sociedade e a Revista Textos & Contextos tiveram apenas uma (1) publicação cada.

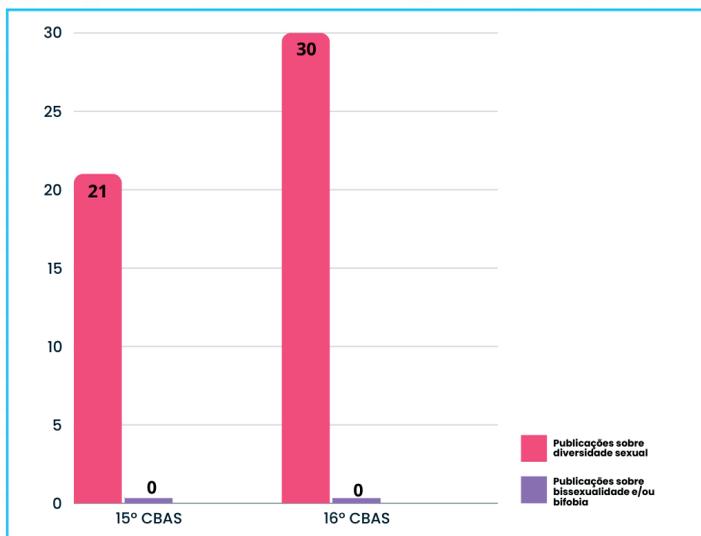
Figura 1 - Gráfico de distribuição quantitativa de publicações sobre diversidade sexual em cada periódico



Fonte: Elaboração própria a partir de Gomes (2022).

Os dois congressos totalizaram cinquenta e cinco (55) trabalhos sobre diversidade sexual. No 15^a Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) foram identificados vinte e um (21) trabalhos, o congresso marcou o número expressivo de total de 1.427 trabalhos apresentados em formato de pôsteres, porém, em contraponto, isso significa dizer que a temática sobre diversidade sexual no Serviço Social representou apenas 1,5% no evento. Já com um acréscimo de nove trabalhos a mais, o 16^a CBAS totalizou trinta (30) trabalhos sobre diversidade sexual, isto é, representou 1,7% de estudos sobre diversidade sexual em montante de 1.714 de todos trabalhos apresentados no evento.

Figura 2 - Gráfico de distribuição quantitativa de publicações sobre diversidade sexual e bissexualidade no 15ª CBAS e 16ª CBAS



Fonte: Elaboração própria a partir de Gomes (2022).

A análise dos dados revela que a produção científica acerca da diversidade sexual no Serviço Social encontra-se em processo de transição de um uma produção tímida para uma futura consolidação já que não apresenta um número expressivo de produções sobre o tema em periódicos e no CBAS. Esse debate, em sua fase embrionária, é constantemente tensionado, seja pelo fortalecimento da cultura do conservadorismo na vida cotidiana e nas instituições (Barroco, 2012) ou por vertentes do marxismo que tendem a relegar as pautas identitárias, interpretando-as como uma individualização e quebra da totalidade da luta de classes.

Entretanto, nessa arena de disputas, existe um lado significativo de esforços para legitimar as questões de identidade de gênero e sexualidade no Serviço Social, seja nos estudos aqui mapeados, nas reivindicações do movimento estudantil do Serviço Social (MESS), ou pelas ações das entidades representativas⁸.

Tanto nos periódicos quanto nos anais dos eventos, não foi identificado nenhum estudo sobre bissexualidade e/ou bifobia no contexto do Serviço Social brasileiro. Este cenário revelou um duplo movimento em relação à bissexualidade: sua incipiência e sua menção universalizante. A ausência ensurdecadora da temática expressa uma manifestação da bifobia. Fenômeno este, operando pela heteronormatividade e o monossexismo, em suma, uma hostiliza e a outra deslegitima, e nesse combo a bissexualidade não tem espaço para existir. A produção

⁸ Para se aprofundar nas ações do conjunto do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) de combate à discriminação, ver: Almeida (2013, p. 144).

do conhecimento está ligada diretamente às interfaces do cotidiano, logo, se no real concreto a bissexualidade não é levada em consideração enquanto uma sexualidade, por consequência, não terá legitimidade para ganhar o espaço para o fazer científico. A partir disso, a ciência não se dedica para aquilo que é taxado de “promiscuidade”, “porta de doenças” e/ou “fingimento”. Além disso, é claro, a bifobia pode afetar a autoestima e autopercepção de pessoas bissexuais, os desmotivando a produzir conhecimentos sobre a temática.

Já que no que se tange sua menção universalizante, o “B” na “sopa de letrinhas” parece ser incluído apenas como um adereço harmonioso na sigla, isto é, é mencionado de maneira que universaliza a experiência como homo, ou pela regra de ter que citá-la. Nos estudos sobre diversidade sexual, a bissexualidade chegava a ser referida, ainda que não fosse o principal objeto de estudo das autoras, alguns trabalhos dedicaram um espaço a definir a bissexualidade.

Destacamos, neste contexto, a definição apresentada em dois trabalhos: 1) a autora em seu referencial teórico estabelece a existência de apenas três tipos de sexualidade: heterossexual, homossexual e bissexual. Sendo a bissexualidade uma junção da heterossexualidade e homossexualidade; 2) as autoras tecem argumentações sobre a existência da diversidade sexual desde os primórdios da humanidade, entretanto, pecam ao mencionar a bissexualidade se referindo pelo o termo “bissexualismo”. Não tenho a intenção de individualizar as mediações sobre a bissexualidade das referidas estudiosas, mas sim de revelar que a construção da hetero-monossexista pode reproduzir entendimentos equivocados também dentre as pesquisadoras da área da diversidade sexual. Um fator que pode ter uma ligação direta na incipiência do debate de gênero e sexualidade nos projetos pedagógicos do Serviço Social, seja em disciplinas obrigatórias específicas sobre o tema ou como tema transversal que deveria constar em todas as disciplinas..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, o estado da arte da produção teórica sobre a bissexualidade no Serviço Social brasileiro se demonstrou irrisória, considerando que adentramos em duas esferas essenciais para a publicização do conhecimento científico da categoria profissional e acadêmica: revistas do Serviço Social e o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). A ausência desse debate representa uma expressão da estrutura cisheteropatriarcal monossexista, manifestada pela bifobia, visto que as violências enfrentadas por bissexuais - como o apagamento, a inviabilização e as discriminações moralistas - têm reflexo direto no mundo científico, conforme Gomes (2022).

A partir da análise das produções sobre diversidade sexual no Serviço Social, observamos que elas estão em processo de consolidação. Isso se deve ao fato de que a temática de gênero e sexualidade não ocupa uma posição de destaque na divulgação da produção de conhecimento da área, tampouco circula como prioridade nos espaços - embora deveria ser, como por exemplo a temática de gênero, considerando que o Serviço Social tem um recorte de divisão sexual do trabalho latente, pois é uma profissão composta majoritariamente por mulheres (CFESS, 2022), assim como o perfil das usuárias atendidas pelas políticas sociais. Outro fator relevante é que as pesquisadoras da temática estão reproduzindo noções binárias e simplificadas de gênero em seus estudos. Isso se manifesta, por exemplo, na pesquisa que discorreu sobre a existência de apenas três sexualidades⁹ ou na outra, que se equivocou ao utilizar o termo 'bissexualismo'¹⁰, o que revela uma possível limitação na formação profissional do Serviço Social.

Além disso, a invisibilidade da bissexualidade nas produções científicas têm impacto em outro aspecto crucial para o Serviço Social: as políticas sociais. Antes da formulação de políticas públicas, é necessário articular as dimensões interventiva-investigativa para conhecer o público-alvo e suas demandas, a fim de garantir que as políticas existentes atendam efetivamente às suas necessidades. Dessa maneira, considerando as políticas sociais, matéria do trabalho e exercício profissional do Serviço Social, cabe indagar: quais políticas sociais consideram as particularidades das pessoas bissexuais? Como a atuação do profissional de Serviço Social pode contribuir no combate ao monossexismo cotidiano?

Nesse sentido, apontamos o potencial teórico e político da bissexualidade para a apreensão da totalidade, ratificando a sexualidade como produto da vida social, interesse premente do Serviço Social. Compreender a bifobia enquanto uma expressão da questão social, buscando promover os direitos sexuais enquanto direito humano, assim como os direitos sociais das(os) usuárias(os) e das próprias assistentes sociais bissexuais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Magali da Silva. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. In: CRESS (Org.). **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código**

9 Em Silva (2019, p. 3).

10 Em Costa e Januário (2016, p. 6).

de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS, 2013 (p. 136 - 148).

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade**: o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. Marília, 2008.

AMORTE EVIDA DE MARSHA P. JOHNSON [Filme]. Direção: David France. Produção: David France, L.A. Teodosio. Estados Unidos: Netflix, 2017. 1h 45min. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/80189623>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Código de Ética do(a) Assistente Social comentado**. CFESS (Org.). São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução, Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. Campinas, SP: **Cadernos Pagu**, p. 249-274, 2014.

CALMON, Diego. Bissexualidade e ambiguidade: relações metafóricas e processos metonímicos em produções discursivas sobre a bissexualidade. Campinas, SP: **Cadernos Pagu**. 2023.

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Org. Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores Rosa Prêdes e al. Brasília (DF): CFESS, 2022.

COSTA, Robson N. C.; JANUÁRIO, Sonilde S. **Amor x preconceito**: uma análise sobre a negação de direitos e o impacto da Política de Assistência Social contra homofobia. In: Anais do 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2016.

DOSSIÊ 2022. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil**. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.

FORTES, Ronaldo Vielmi. Gênese social e atualidade dos processos de inferiorização da mulher em Marx, Engels e Lukács. Florianópolis, SC: **Revista Katályis**, v. 21, n. 3, p. 441-451, set./dez., 2018.

GOMES, Bruna Gabriela de O. **O Debate sobre Bissexualidade no Serviço Social Brasileiro**: uma crítica à invisibi(l)idade nas produções acadêmicas. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, 2022.

JAEGER, Melissa B; LONGUINI, G. D. V.; OLIVEIRA, J. M.C.; TONELI, M. J. F. Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos. Salvador, BA: **Periódicus**, n.11, v. 2, mai-out. 2019.

LEWIS, Elizabeth S. **“Não é uma fase”**: construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O Capital, V.I. Tomo I**. Coleção Os Economistas. Editora Nova Cultural: São Paulo, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). DESLANES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 31. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOSCHKOVICH, Marília. **Ebisteme**: bissexualidade como epistemologia. São Paulo: Editorial Linha a Linha, 2022.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

PINHEIRO, Paulo W. M. **Entre os rios que tudo arrastam e as margens que os oprimem**: as determinações ontológicas da unidade exploração-opressão. Tese (Doutorado em Política Social). Universidade de Brasília. Brasília, 2022.

ROMANOWSKI, Joana P.; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em Educação**. Diálogo Educ., Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

SILVA, Tharles da. **Avanços e Desafios da Política de Igualdade de Gênero para a População LGBTQI na Sociedade Brasileira após os anos 2000**. In: Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2019.

SHAW, Julia. **InvisiBllidade**: cultura, ciência e a história secreta da bissexualidade. 1. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2023.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.